



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 26 de dezembro de 2009

| PRECAUÇÃO |

TJ terá regras para descarte de processos

MEDIDA É ADOTADA APÓS FLAGRANTE DE DOCUMENTOS JOGADOS NO MEIO DA RUA; NORMAS ENTRAM EM VIGOR DEPOIS DO RECESSO DO JUDICIÁRIO

PÁGINA A5



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 26 de dezembro de 2009

FELIPE FARIAS
Repórter

A Corregedoria Geral da Justiça de Alagoas vai estabelecer normas para a incineração e descarte de documentos que integram processos judiciais. A medida foi motivada pelo flagrante, em outubro, de documentos do Fórum do Barro Duro jogados no meio da rua. A divulgação das regras está prevista para o início de janeiro, assim que recomencem as atividades do Tribunal de Justiça, segundo o corregedor-geral, desembargador José Carlos Malta Marques.

“Já emitimos o despacho nesse sentido. Quando voltarmos do recesso, nossa assessoria tomará ciência e adotará as medidas para publicação”, disse o desembargador corregedor.

Como órgão responsável por todas as atividades do Judiciário em Alagoas, o ato recomendatório terá de ser cumprido pelos cartórios de todos os fóruns e varas judiciais do Estado.

“Em linhas gerais, a ideia é que quando o cartório identificar que existem papéis inservíveis, que podem ser descartados, adotem as medidas que constarão desse ato recomendatório”, endossou o desembargador.

A medida foi tomada depois da conclusão da sindicância determinada pela Corregedoria da Justiça para apurar a denúncia feita pela TV Gazeta, no fim de outubro. Ao passar pelo Fórum do Barro Duro, uma equipe de televisão fez imagens que mostravam documentos oficiais espalhados pela rua, jogados sobre calçadas e em sarjetas.

Laudas em papel timbrado, documentos referentes a processos e com indicação de órgãos da Justiça estariam no prédio do Fórum Jairon Maia Fernandes, que se encontra em obras.

Após a denúncia, o corregedor designou comissão para apurar a responsabilidade pela negligência. Segundo o corregedor-geral do TJ, a investigação se aprofundou na denúncia, produ-

ziu três volumes de documentos, mas, não apontou os responsáveis.

Entretanto, Malta Marques destacou que um dos pontos da investigação foi ter demonstrado que, apesar de serem documentos comprovadamente oficiais, a condição em que foram encontrados não representou violação de direitos, nem atentou contra sigilos de processo.

“Apesar de serem documentos oficiais, eram realmente inservíveis, imprestáveis. Eram, por exemplo, documentos pedidos por alguma das partes de uma questão e que, depois, não retornou mais para pegá-los. Eram documentos que estavam se acumulando, jogados nas dependências dos cartórios, mas, que, evidentemente, não poderia em hipótese alguma ser descartados da maneira como foram”, explicou.

Segundo o desembargador corregedor, como tratava-se de prática sistemática, a sindicância não identificou quem poderiam ser os responsáveis pela custódia da papelada; o que impede a Corregedoria de aplicar punições.

Por isso, a partir de agora vai normatizar o descarte de documentos, que podem ser mandados para o lixo ou para a incineração.

O processo terá início na identificação, por parte do cartório das varas judiciais, de documentos que não têm serventia. Feito isso, o escrivão deverá reuni-los em volumes e preencher um termo oficial informando a arrecadação dos papéis inservíveis e o destino que será dado.

Em caso de incineração, o cartório também deverá emitir outro termo, informando essa providência. Mas, a localização de instalações apropriadas para isso (a exemplo dos fornos de usinas em que a polícia realiza incineração de drogas) será detalhada posteriormente. De acordo com Malta Marques, ficará a cargo da direção do Fórum ou poderá ser indicada pelo Tribunal.

PÁGINA A5



Associação Alagoana de Magistrados – ALMAGIS
Assessoria de Comunicação – Clipping Diário

Clipping-Diário

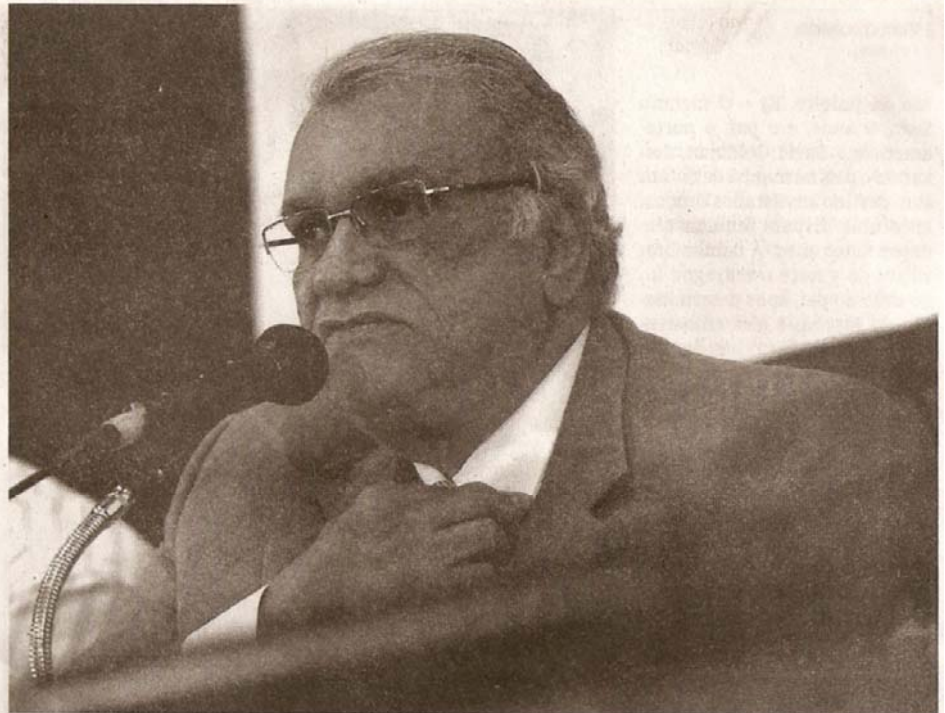
Veículo
Gazeta de Alagoas

Data
Sábado, 26 de dezembro de 2009

FRASE

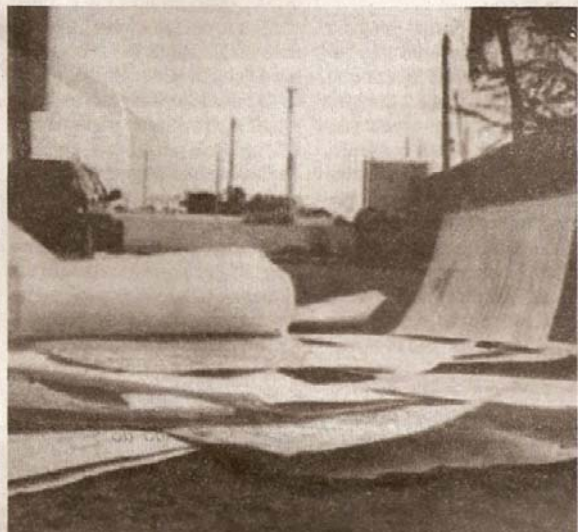
“Apesar de serem documentos oficiais, eram realmente inservíveis, impres-táveis”

José Carlos Malta Marques
Corregedor geral do TJ-AL ao falar sobre documentos oficiais jogados no meio da rua, em outubro, próximo ao Fórum do Barro Duro



Malta Marques diz que medidas já estão definidas e serão adotadas a partir de janeiro

Reprodução: TV Gazeta



Flagrante de documentos pertencentes ao Poder Judiciário jogados na rua próximo ao Fórum do Barro Duro, no fim de outubro, levou Corregedoria Geral de Justiça a instalar processo investigativo, já que, oficialmente, a papelada deveria ser incinerada; ninguém foi punido ao fim das investigações realizadas por uma comissão

PÁGINA A5